

BRUNO MEYERHOF SALAMA
FLÁVIO LUIZ YARSHELL
Organizadores

ARBITRAGEM E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Prefácio
MINISTRO LUIZ FUX

Autores

- Adriano Camargo Gomes
- Alberto L. Barbosa Jr.
- Ana Carolina do Amaral Gurgel
- Ana Paula Ribeiro Nani
- Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar
- Bruno Meyerhof Salama
- Clarisse Frechiani Lara Leite
- Eduardo de Albuquerque Parente
- Eleonora Coelho
- Flávio Luiz Yarshell
- Luciano Benetti Timm
- Luciano de Souza Godoy
- Luis Henrick Bussola Pereira
- Luiza Camanho Katchadur Telles
- Luiza Trani Mello Picanço
- Marcela Nogueira Martins
- Marcelo Fonseca Santos
- Marcelo Roitman
- Milton Barossi Filho
- Nelson Martins da Silva Neto
- Paula A. Forgioni
- Paulo Henrique dos Santos Lucon
- Rafael Stefanini Aulo
- Tatiana Mesquita Nunes
- Vinícius Pichelli Ueda
- Wilson Pimentel


THOTH
EDITORIA

ARBITRAGEM E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

O seu livro Thoth está disponível em: E-book



Acesse o site:

www.booksbyauthors.com

- Caso tenha adquirido seu livro através do site da **Editora Thoth**, você receberá o código de ativação do e-book por meio do e-mail cadastrado.
- Se adquiriu este livro através de terceiros, você poderá solicitar o código de ativação do e-book através do e-mail:

contato@editorathoth.com.br

Editora Thoth parceira da:

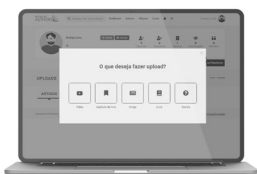
**BOOKS BY
AUTHORS** 

Conheça melhor a Books by Authors



1. CRIAR PERFIL

Crie seu perfil para ter acesso às nossas funções e se encante pela Books by Authors.



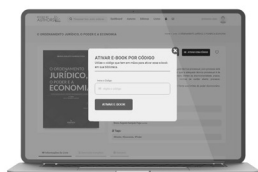
2. PUBLICAÇÕES

Publique no seu perfil conteúdos acadêmicos de sua autoria: artigos, trabalhos acadêmicos, livros e vídeos.



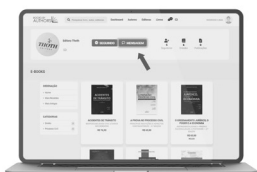
3. BUSQUE POR PERFIS

Pesquise diversos autores e siga os seus favoritos, para ficar por dentro de suas publicações.



4. MENSAGENS

Envie mensagens para outros perfis por meio da nossa plataforma.



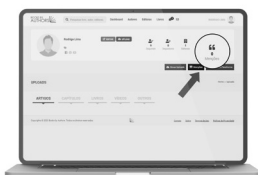
5. ACESSE LIVROS EM E-BOOK

Acesse livros digitais pelo código concedido pelas editoras ou adquira uma das obras disponíveis para a venda.



6. LEITOR

No leitor você poderá grifar seus trechos favoritos, fazer anotações e expandir a tela para uma melhor experiência de leitura.



7. CITAÇÕES

Saiba quando for citado em publicações de outros autores.

BOOKS BY
AUTHORS



BRUNO MEYERHOF SALAMA

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

Organizadores

ARBITRAGEM E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Londrina/PR
2025


THOTH
E D I T O R A



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Gabriela Maia Batista

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Profª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A664

Arbitragem e Análise Econômica do Direito. / Bruno Meyerhof Salama; Flávio Luiz Yarshell (Orgs.). – Londrina, PR: Thoth, 2025.

334 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5113-305-3

1. Análise econômica do direito. 2. Análise econômica do processo. 3. Arbitragem. I. Salama, Bruno Meyerhof. II. Yarshell, Flávio Luiz.

CDD 341.4

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual: 341.4

Vania M. C. Schreiber CRB-9/1687
Bibliotecária

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

ORGANIZADORES

BRUNO MEYERHOF SALAMA

Professor em UC Berkeley Law School e na FGV Direito SP. Árbitro e parecerista. Doutor em direito por UC Berkeley, Mestre em Economia pela FGV/EESP, e Bacharel em Direito pela USP. E-mail: salama@berkeley.edu.

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado e árbitro. E-mail: fly@yarshell.com.br.

AUTORES

ADRIANO CAMARGO GOMES

Mestre em Direito pela Universidade de Oxford, doutor em Direito Processual pela USP e pós-doutorando em Direito Processual Civil pela UFPR. Advogado em Curitiba e São Paulo. E-mail: adriano@camargogomes.com.

ALBERTO L. BARBOSA JR.

Advogado associado de Salama Silva Filho Advogados. Mestre em Direito e Economia (LL.M.) pela Universidade de Hamburgo e Universidade de Viena, bolsista do programa Erasmus+: Erasmus Mundus Scholarship da Comissão Europeia (2015). Mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) (2015). Bacharel em Direito pela FDUSP (2011). Foi pesquisador visitante e Fox International Fellow no Macmillan Center for International and Area Studies da Yale University (2014 - 2015). Foi pesquisador no Núcleo de Direito, Economia e Governança da Escola de Direito de São Paulo (FGV DIREITO SP). (2013 - 2014). E-mail: alberto.barbosa@salamasilvafilho.com.br

ANA CAROLINA DO AMARAL GURGEL

Advogada em São Paulo. Mestre em Direito do Comércio Internacional pela USP. Bacharel pela mesma Universidade, com dupla titulação pela Universidade de Lyon II, França. E-mail: anc@luc.adv.br

ANA PAULA RIBEIRO NANI

Advogada. Professora de Direito Civil, Direito Processual Civil e Resolução de Conflitos na Graduação em Direito da ESPM. Pesquisadora do INSPER. Doutoranda em Direito dos Negócios na FGV Direito SP. Mestre em Direito pela FGV Direito SP com Bolsa de Estudos FAPESP. Especialista em Arbitragem pelo FGV Law. Bacharel em Direito pela FGV Direito SP. Cursa Master in Business Economics na FEA-USP. E-mail: anapaula.nani@hotmail.com.

ARISTHÉA TOTTI SILVA CASTELO BRANCO DE ALENCAR

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC/MG. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Superior de Brasília IESB e em Advocacia Pública pelo Centro Universitário UNA. Membro Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia Geral da União. Membro da Comissão de Arbitragem e da Comissão de Licitação e Contratos Administrativo da OAB/MG. E-mail: aristhea.totti@agu.gov.br.

BRUNO MEYERHOF SALAMA

Professor em UC Berkeley Law School e na FGV Direito SP. Árbitro e parecerista. Doutor em direito por UC Berkeley, Mestre em Economia pela FGV/EESP, e Bacharel em Direito pela USP. E-mail: salama@berkeley.edu.

CLARISSE FRECHIANI LARA LEITE

Professora Associada de Direito Processual da Faculdade de Direito da USP, com enfoque na área de Análise Econômica dos Métodos de Solução de Conflitos. Livre-Docente, Doutora e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Advogada. E-mail: clarissefrechiani@aasp.org.br

EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE

Advogado. Sócio do escritório Salusse, Marangoni, Parente e Jabur Advogados. Doutor e Mestre em direito processual pela Universidade de São Paulo. E-mail: e.parente@smabr.com

ELEONORA COELHO

Sócia fundadora do escritório Eleonora Coelho Advogados. Pós-Graduada em Contencioso, Arbitragem e Modos Alternativos de Solução de Conflitos pela Universidade de Paris II – Panthéon-Assas. Vice-presidente do Conselho de Diretores e do Comitê Executivo da Associação Latino americana de Arbitragem. Ex-Presidente e atual membro do Conselho Consultivo do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. E-mail: eleonora@eleonoracoelho.com.br

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado e árbitro. E-mail: fly@yarshell.com.br.

LUCIANO BENETTI TIMM

Advogado. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós doutor na UC Berkeley no Departamento de Direito, Negócios e a Economia. Master of Laws (LLM) em Direito Econômico Internacional pela Universidade de Warwick (Inglaterra). Cursa Pós Doutorado na FEA-USP. Professor do IDP. E-mail: ltimm@cmtadv.com.br

LUCIANO DE SOUZA GODOY

Advogado, Árbitro e Professor da Escola de Direito da FGV em São Paulo. Doutor em Direito pela USP em 2002, foi visiting scholar na Columbia Law School em 2006/2007. E-mail: lsg@luc.adv.br.

LUIS HENRICK BUSSOLA PEREIRA

Mestrando em Direito Processual Civil pela USP. Vice-Presidente do Young Members Group do Chartered Institute of Arbitrators - Brazil Branch. Advogado. E-mail: luis.bussolapereira@gmail.com.

LUIZA CAMANHO KATCHADUR TELLES

Mestranda em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. LL.M pela Ludwig-Maximilians-Universität München. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogada em São Paulo. E-mail: luiza.telles@forgioni.com.br.

LUIZA TRANI MELLO PICAÑO

Mestre em direito processual civil pela FDUSP. Advogada. E-mail: luizatrani@hotmail.com.

MARCELA NOGUEIRA MARTINS

Doutoranda e Mestre em Direito Internacionais pela Universitat de València. Advogada e pesquisadora. E-mail: marcelanmartins@gmail.com.

MARCELO FONSECA SANTOS

Doutorando e Mestre em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduado em Direito Empresarial - FGV/SP. Professor de Graduação e Pós-graduação. Vice-Presidente da ANADD (Associação Nacional de Advogadas e Advogados de Direito Digital).

Diretor da i2ia (Associação Internacional de Inteligência Artificial). E-mail: marcelo.fs20@outlook.com

MARCELO ROITMAN

Advogado Especializado em Direito Empresarial, Direito Imobiliário e Direito Digital – Mestrando em Direito e Tecnologia pela FGV/SP – Pós Graduado em Direito Contratual pela PUC/SP – Pós-Graduado em Direito do Consumidor pela EPM/SP – Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie – Pesquisador do GITEC da FGV/SP. E-mail: mroitman@plkc.com.br.

MILTON BAROSSO FILHO

Professor Associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. E-mail: mbarossi@usp.br.

NELSON MARTINS DA SILVA NETO

Mestrando em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado e pesquisador. E-mail: nsn@yarshell.com.br.

PAULA A. FORGIONI

Professora Titular e Chefe do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Livre docente em Direito Comercial e Doutora em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de Bologna e em Direito do Comércio Internacional pela Universidade de Torino. Membro do Conselho Deliberativo do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá [CAM-CCBC], do Conselho Temático da Câmara de Arbitragem Ciesp/Fiesp e do Conselho Consultivo da Câmara do Mercado [CAM B3]. Árbitra, parecerista e advogada em São Paulo. E-mail: paforgioni@forgioni.com.br

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

Livre Docente e Professor Associado de Direito Processual Civil e Arbitragem nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, instituição na qual se graduou e obteve também os títulos de Mestre e Doutor. Vice-Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP, instituição fundada em

1958 e da qual foi Presidente. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo-IASP, instituição fundada em 1874 e da qual foi Vice-Presidente e Conselheiro. Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual Civil, instituição fundada em 1956 da qual foi Vice-Presidente. Membro da International Association of Procedural Law. Integrou a Comissão Especial do Código de Processo Civil de 2015 da Câmara dos Deputados. Especializou-se em Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Milão. Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo na Classe Jurista por quatro mandatos consecutivos (substituto e efetivo). Foi Conselheiro e Presidente da Comissão de Ética da Presidência da República. Sócio do Escritório de Lucon Advogados e de Lucon Arbitragens. Advogado inscrito em São Paulo e Brasília. Árbitro em Câmaras de Mediação e Arbitragem. E-mail: lucon@lucon.adv.br

RAFAEL STEFANINI AUILO

Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado, árbitro e pesquisador. E-mail: rst@yarshell.com.br

TATIANA MESQUITA NUNES

Graduada e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direção e Gestão dos Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá. Advogada da União. Coordenadora substituta do Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União. Professora em cursos de pós-graduação. Ex-Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem do Brasil. E-mail: tatiana.nunes@agu.gov.br

VINÍCIUS PICHELLI UEDA

Advogado. Integra o escritório Salusse, Marangoni, Parente e Jabur Advogados. Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: vueda@smabr.com.

WILSON PIMENTEL

Professor na FGV Direito Rio. Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Visiting Researcher na Yale Law School. Mestre pela FGV Direito Rio. Portador do Diplôme Supérieur de l'Université pela Université de Droit d'Economie et des Sciences Sociales de Paris (Paris II, Panthéon-Assas). Advogado. E-mail: wilsonpimentel@sbadv.com.br.

APRESENTAÇÃO

No Brasil e no mundo, a arbitragem tornou-se um instrumento consolidado para a solução de litígios empresariais e contratuais complexos, servindo como alternativa especializada ao sistema judicial. Paralelamente, a Análise Econômica do Direito (AED) vem oferecendo instrumentos teóricos e empíricos potentes para compreender e aprimorar as instituições jurídicas, examinando os incentivos, os custos e os efeitos comportamentais gerados por diferentes normas e procedimentos.

Este livro nasce da convergência entre esses dois campos. Reunimos, aqui, quatorze estudos que, a partir de diferentes ângulos, aplicam instrumentos da AED para investigar o funcionamento, os limites e as potencialidades da arbitragem. Nossa motivação, ao organizar esta coletânea, foi justamente preencher uma lacuna na literatura jurídica brasileira: embora muito se tenha escrito sobre arbitragem e sobre AED, são raros os trabalhos que articulam sistematicamente essas duas esferas. Esperamos, com isso, contribuir para a compreensão da arbitragem, com atenção não apenas aos seus fundamentos jurídicos, mas também à lógica de incentivos que a estrutura e aos impactos concretos que ela produz.

O primeiro capítulo, de Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar e Tatiana Mesquita Nunes, aplica a análise econômica à arbitragem com a Administração Pública. Com base em pesquisa empírica, mostram como a lógica de custo-benefício orienta decisões administrativas sobre o uso da arbitragem em contratos públicos.

No segundo capítulo, Milton Barossi Filho e Flávio Yarshell examinam o uso do *hot-tubbing* — oitiva simultânea de peritos — como técnica probatória eficiente, destacando sua capacidade de reduzir custos e assimetrias informacionais em litígios complexos.

Eleonora Coelho e Luis Henrick Bussola Pereira, no terceiro capítulo, discutem como o desenho procedimental da arbitragem afeta os incentivos dos agentes, propondo melhorias institucionais voltadas à eficiência e à boa-fé processual.

O quarto capítulo, de Paula Forgioni e Luiza Camanho Katchadur Telles, analisa a complementaridade entre arbitragem e Judiciário, destacando

como a atuação judicial pode reforçar a legitimidade e previsibilidade da arbitragem quando orientada por critérios econômicos e institucionais adequados.

Luciano de Souza Godoy e Ana Carolina do Amaral Gurgel, no quinto capítulo, comparam os custos do processo judicial e da arbitragem, enfatizando os custos de oportunidade do tempo e mostrando como, mesmo em casos de derrota, a arbitragem pode gerar ganhos líquidos por sua celeridade.

Adriano Camargo Gomes e Luiza Trani Mello Picanço, no sexto capítulo, tratam dos *dispute boards* como instrumentos capazes de prevenir litígios e gerar cooperação, revelando sua eficiência econômica em contratos de longa duração.

No sétimo capítulo, sob a perspectiva da análise econômica do direito, Clarisse Frechiani Lara Leite investiga as relações entre informação e processo, especialmente sob a ótica deste último como um “canal de comunicação”.

O oitavo capítulo, de Paulo Henrique dos Santos Lucon, investiga os impactos dos custos — sobretudo honorários e despesas — na escolha pela arbitragem, discutindo como o desenho das regras de alocação pode gerar incentivos ou desincentivos ao litígio.

No nono capítulo, Eduardo de Albuquerque Parente e Vinícius Pichelli Ueda analisam o uso da inteligência artificial na arbitragem, advertindo contra expectativas excessivas e defendendo uma visão crítica sobre a promessa de eficiência automatizada.

Wilson Pimentel, no décimo capítulo, aborda a assimetria informacional nas arbitragens e propõe reformas nos regulamentos institucionais para incentivar deveres mais claros de revelação e melhorar a qualidade das decisões.

O décimo primeiro capítulo, de Marcelo Roitman e Marcelo Fonseca Santos, trata das interações entre *blockchain*, *smart contracts* e arbitragem, mostrando que, embora essas tecnologias automatizem partes do contrato, a arbitragem permanece essencial como instância de flexibilidade e adaptação.

No décimo segundo capítulo, Bruno Meyerhof Salama e Alberto Barbosa Jr. revisitam a ideia de que a arbitragem compete com o Judiciário. Em vez de competição, propõem a tese do aprendizado institucional recíproco como motor de aprimoramento mútuo.

Rafael Stefanini Auilo, Marcela Nogueira Martins e Nelson Martins da Silva Neto, no décimo terceiro capítulo, analisam a arbitragem expedita, combinando teoria e dados empíricos para mostrar seu potencial de eficiência, desde que bem regulada e difundida.

Por fim, Luciano Timm e Ana Paula Nani aplicam a economia comportamental à escolha de árbitros, identificando vieses cognitivos que afetam a racionalidade das partes e sugerindo intervenções institucionais (ou *nudges*) para mitigar esses efeitos.

Esperamos que este livro contribua para o debate e o desenvolvimento institucional da arbitragem no Brasil. Que ele seja útil a advogados, árbitros, acadêmicos, reguladores, juízes e todos os que se interessam pela construção de um sistema de resolução de conflitos mais eficiente, confiável e sensível às realidades econômicas que o cercam.

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
BRUNO MEYERHOF SALAMA

São Paulo, 4 de julho de 2025.

PREFÁCIO

Em seminal estudo intitulado “*Privatização do Processo?*”, o saudoso professor José Carlos Barbosa Moreira, ao remontar às alvissaras, na época, decorrentes da *Alternative Dispute Resolution (ADR)*, com destaque para a arbitragem, conjurava as irrefletidas críticas destinadas àquelas novidades, reconhecendo que o exercício da composição de conflitos “pode ser confiado – nalgumas hipóteses e sob certas condições, provavelmente com vantagem – a pessoas ou instituições estranhas aos quadros do Judiciário”¹.

Deveras, a visão da arbitragem, enquanto fator propulsor da *eficiência* na satisfação de direitos, tal como engendrada na comunidade jurídica brasileira daquela quadra histórica, deixava entrever constante busca por aportes doutrinários que conferissem substrato teórico à pertinência da opção pelo uso desta via alternativa de solução de conflitos.

Hodiernamente, o preenchimento da referida lacuna, com a adoção, no Brasil, do instrumental fornecido pela Análise Econômica do Direito (AED), fez gravitar entre nós o escólio legado pelo professor Steven Shavell, inaugurando novel abordagem no exame das *ADR*’s, como a arbitragem, ao propor seu exame sob dois prismas distintos².

Sob uma ótica *ex ante*, sustentava que, quando as partes pactuavam, de antemão, a submissão de eventuais litígios a mecanismos tais quais a arbitragem, à sua convenção dever-se-ia atribuir força vinculante, porquanto o bem-estar dos contratantes seria maximizado pela previsibilidade e pela confiança na observância do procedimento eleito.

Por outro lado, na perspectiva *ex post*, afirmava ser ineficaz a escolha pela *ADR* na indução de comportamentos cooperativos, de sorte que as partes, somente assim, optariam se a escolha se revelasse eficiente do ponto de vista econômico, notadamente quanto à mitigação de custos processuais.

A digressão, à guisa de exemplo, destas ponderações, reflete longa maturação de discussões acadêmicas, versando sobre as vantagens

-
1. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Privatização do processo? In: Revista da EMERJ, v.1, n.3/1998, p. 16.
 2. SHAVELL, Steven. Alternative dispute resolution: an economic analysis. In: The Journal of Legal Studies, n. 24/1995.

decorrentes da opção, ou não, pela via da arbitragem, à luz da AED. Noutro giro, a experiência recente demonstra que tais reflexões são, agora, adicionadas de preocupação sobre a importância da utilização do aparato econômico em pesquisas centradas no bojo do próprio procedimento arbitral.

O intuito de conferir-lhe eficiência, com o exame de mecanismos de incentivos, desincentivos e reforços ao comportamento das partes na arbitragem, é debate que tem concitado a aguçada inteligência da processualística brasileira, com vistas à formulação de marcos teóricos destinados à vanguarda de nossa doutrina.

Com satisfação, posso testemunhar que a presente obra coletiva, “*Arbitragem e Análise Econômica do Direito*”, vem a ocupar espaço de destaque a esse respeito, contendo notáveis incursões sobre questões candentes na seara arbitral, como *v.g.* técnicas probatórias, assimetrias informacionais, *nudges*, novas tecnologias, custos e despesas, *dispute boards*, dentre tantos outros estudos, cuja leitura é instrutiva e esclarecedora.

Trata-se de uma obra que dispõe de notável organização e seleção de temas, levados a efeito por juristas de escol — o professor Flávio Luiz Yarshell, titular da cátedra de Processo Civil da Faculdade de Direito da USP, e o professor Bruno Meyerhof Salama, que desponta nos quadros docentes da UC Berkeley, na Califórnia (EUA) — engendrando coletânea de grande valor acadêmico, motivo pelo qual honra-me, sobremaneira, poder prefaciá-la.

Desejo a todos boa leitura!

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Livre-Docente em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Brasília, junho de 2025.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	19

CAPÍTULO 1

Aristhéa Totti Silva Castelo Branco de Alencar

Tatiana Mesquita Nunes

ANÁLISE ECONÔMICA DA ARBITRAGEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ABORDAGEM EMPÍRICA.....	31
Introdução	31
1 Custo de transação em arbitragem envolvendo a Administração Pública....	34
1.1 Custos da negociação	38
1.2 Custos administrativos de resolução de controvérsias.....	39
1.3 Custos na demora da decisão (alocação da propriedade).....	42
1.4 Custos do erro da decisão	44
1.5 Custos da publicidade	45
1.6 Custos de ineficácia do procedimento	46
2 O olhar prático dos custos de transação nas arbitragens envolvendo a Administração Pública	48
Conclusão	50
Bibliografia.....	52

CAPÍTULO 2

Milton Barossi Filho

Flávio Luiz Yarshell

REFLEXÕES SOBRE O USO DO *HOT-TUBBING* EM PROCESSOS ARBITRAIS SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....55

Introdução: oralidade e arbitragem.....55

1 A técnica do hot-tubbing: fundamentos e aplicações.....57

2 Análise econômica do *hot-tubbing* em arbitragem.....64

Conclusão69

Bibliografia.....69

CAPÍTULO 3

Eleonora Coelho

Luis Henrick Bussola Pereira

PROCESSO ARBITRAL E INCENTIVOS: O IMPORTANTE PAPEL DOS (DES)INCENTIVOS NA TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO ARBITRAL.....73

Introdução: incentivos na tomada de decisão e arbitragem.....73

1 Breves comentários sobre as premissas fundamentais da AED e seus reflexos para o estudo dos incentivos na arbitragem.....75

2 Pode a AED auxiliar na compreensão dos efeitos dos (des)incentivos do processo arbitral?.....77

2.1 Características do processo arbitral como incentivos à litigância via arbitragem78

2.2 Incentivos previstos nos regulamentos de instituições arbitrais brasileiras destinados a aprimorar a conduta das partes e árbitros no processo arbitral.....83

2.2.1 Alocação de custas do processo arbitral como desincentivo à conduta pouco cooperativa83

2.2.2 Adiantamento de honorários adicionais em caso de pedidos de esclarecimentos85

2.2.3 Desconto no valor da taxa de administração em caso de mediação prévia ou posterior à arbitragem86

2.2.4 Incentivo à adoção de políticas ESG no procedimento arbitral.....	87
2.2.5 Escrutínios dos rascunhos de sentenças arbitrais.....	88
Conclusão	90
Bibliografia.....	90

CAPÍTULO 4

Paula A. Forgioni

Luiza Camanho Katchadur Telles

JUDICIÁRIO E ARBITRAGEM: INCENTIVOS E DESINCENTIVOS NO SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS EMPRESARIAIS.....	95
---	----

Introdução	95
1 Autonomia e responsabilidade: a vedação de interferência na estratégia comercial e jurídica das empresas	98
2 Ação anulatória de sentença arbitral	99
3 Execução da sentença arbitral	104
4 Tutela provisória pré-arbitral.....	105
5 Carta arbitral	106
6 Instituição forçada da arbitragem	107
7 Compromisso arbitral judicial	108
Conclusão	109
Bibliografia.....	110

CAPÍTULO 5

PERDER RÁPIDO OU GANHAR TARDE? O CUSTO DO PROCESSO E O CUSTO DE OPORTUNIDADE NA ARBITRAGEM E NO PROCESSO JUDICIAL	113
---	-----

Luciano de Souza Godoy

Ana Carolina do Amaral Gurgel

Introdução	113
1 A celeridade da arbitragem	114
2 Custos do processo: honorários sucumbenciais e contratuais	118

2.1 Honorários sucumbenciais.....	119
2.2 Honorários contratuais.....	123
2.3 Custos do processo: síntese comparativa.....	124
3 Os custos de oportunidade.....	125
Conclusão	129
Bibliografia.....	130

CAPÍTULO 6

Adriano Camargo Gomes

Luiza Trani Mello Picanço

ANÁLISE ECONÔMICA DO DISPUTE BOARD: COMO A ADERÊNCIA À REALIDADE TÉCNICA PERMITE UMA MAIOR EFICIÊNCIA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS.....	133
---	-----

Introdução	133
1 O Dispute Board no quadro dos meios de solução de controvérsias.....	135
2 Os Dispute Boards no direito brasileiro.....	141
3 Análise econômica do Dispute Board.....	143
3.1 O custo de oportunidade e a busca pela eficiência	144
3.2 Vantagens e desvantagens da escolha do Dispute Board.....	147
3.3 O conhecimento dos fatos e a redução da assimetria informacional.....	150
4 Dispute Board e a Jurisdição	152
Conclusão	155
Bibliografia.....	156

CAPÍTULO 7

Clarisse Frechiani Lara Leite

ASSIMETRIA INFORMACIONAL E PROCESSO	161
---	-----

Introdução: análise econômica do direito e do processo	161
1 Economia e informação.....	162
1.1 Pressupostos da Teoria da Escolha Racional e suas limitações.....	162

1.2 Assimetria informacional: conceito	163
1.3 Seleção adversa: Akerlof e o “mercado de limões”	163
1.4 Risco ou perigo moral.....	164
1.5 Problemas da relação agente-principal	165
1.6 Formas de superar assimetrias informacionais	166
1.6.1 Sinalização de mercado	166
1.6.2 Aquisição de informações	166
1.6.3 Política de comando e controle	167
2 Assimetria informacional e processo	167
2.1 Processo, em suas várias dimensões, como canal de redução de assimetrias informacionais entre partes e julgador	167
2.2 A assimetria informacional e a decisão de litigar: o modelo básico da litigância.....	169
2.3 Investigação e produção antecipada de provas como instrumentos de redução de assimetrias informacionais	170
2.3.1 Redução de assimetrias para a solução da crise de adimplemento	173
2.3.2 Investigação privada prévia e processo penal.....	174
2.3.3 Assimetria informacional voltada a evitar a ativação de vieses: o instituto do juiz de garantias	175
2.4 O contraditório como instrumento de combate às assimetrias informacionais	175
2.4.1 Vedação à decisão surpresa.....	176
2.4.2 O problema das “consultas privadas” por julgadores	176
2.5 Direito probatório e limites para a redução de assimetrias.....	178
2.6 Relações agente-principal no processo.....	180
2.6.1 Advogado e parte.....	180
2.6.2 Promotor e sociedade.....	181
Conclusão	182
Bibliografia.....	183

CAPÍTULO 8

Paulo Henrique dos Santos Lucon

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS NA ARBITRAGEM:
ENFOQUE NOS INCENTIVOS E DESINCENTIVOS AO LITÍGIO.....189**

Introdução.....	189
1 Despesas e custos na arbitragem.....	190
2 Valor do litígio e despesas: relação a partir do valor da causa.....	194
3 Ônus da sucumbência: honorários contratuais e sucumbenciais.....	196
Conclusão	200
Bibliografia.....	201

CAPÍTULO 9

Eduardo de Albuquerque Parente

Vinícius Pichelli Ueda

**ENTRE A PROMESSA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PROCESSO
ARBITRAL: EFICIÊNCIA ALÉM DA RETÓRICA..... 205**

Introdução	205
1 Eficiência no processo arbitral: conceito, limites e usos retóricos.....	208
2 Tecnologias para o processo e no processo arbitral	212
3 Riscos da inteligência artificial ao processo arbitral.....	216
Conclusão: a eficiência da arbitragem como uma construção coletiva	220
Bibliografia.....	222

CAPÍTULO 10

Wilson Pimentel

**ARBITRAGEM E INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DA AED: UM VAZIO A
SER PREENCHIDO.....225**

Introdução.....	225
1 O vazio.....	226
2 A assimetria informacional e solução de disputas.....	228
3 Mecanismos de redução da assimetria	229

3.1 Nível de detalhamento.....	230
3.2 Quais informações?.....	235
3.2.1 Informações relacionadas ou relevantes.....	235
3.2.2 Favoráveis e desfavoráveis?	238
Conclusão	242
Bibliografia.....	243

CAPÍTULO 11

Marcelo Roitman

Marcelo Fonseca Santos

<i>BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS</i> E ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE SOBRE MÉTODOS ECONÔMICOS E EFICIENTES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	247
--	-----

Introdução	247
1 Fundamentação Teórica: Arbitragem e Análise Econômica do Direito....	249
2 Blockchain e <i>Smart Contracts</i> – conceitos e vantagens.....	253
3 Online Dispute Resolution - ODR´s.....	256
4 Procedimento Arbitral com o uso de Blockchain e <i>Smart Contracts</i>	258
4.1 Plataformas que Julgam Disputas com Blockchain e Contratos Inteligentes	261
5 Limitações e Desafios.....	263
6 Futuro da arbitragem em plataformas digitais e recomendações para a harmonização legislativa e melhores práticas	264
Conclusão	266
Bibliografia.....	268

CAPÍTULO 12

Bruno Meyerhof Salama

Alberto L. Barbosa Jr.

A ECONOMIA DA ARBITRAGEM REVISITADA.....	271
Introdução	271

1 A economia da arbitragem: formulação original	273
2 Crítica à ideia de concorrência entre judiciário e arbitragem.....	275
3 O judiciário e o aprendizado com a arbitragem	279
4 A arbitragem e o aprendizado com o judiciário	282
Conclusão	284
Bibliografia.....	286

CAPÍTULO 13

Rafael Stefanini Auilo

Marcela Nogueira Martins

Nelson Martins da Silva Neto

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ARBITRAGEM EXPEDITA: UMA BREVE APROXIMAÇÃO	289
--	-----

Introdução	289
------------------	-----

1 Análise econômica do direito, custo e processo: uma primeira aproximação	290
--	-----

2 Arbitragem expedita: características mais comuns.....	294
---	-----

3 Redução dos custos de transação a partir da adoção da arbitragem expedita e os custos de oportunidades em razão de sua não escolha	301
--	-----

Conclusão: sistematização das ideias e uma proposta	316
---	-----

Bibliografia.....	317
-------------------	-----

CAPÍTULO 14

Luciano Benetti Timm

Ana Paula Ribeiro Nani

A ESCOLHA DE ÁRBITROS A PARTIR DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL: COMO HEURÍSTICAS E VIESES INFLUENCIAM A DECISÃO DAS PARTES?.....	321
---	-----

Introdução	321
------------------	-----

1 A escolha de árbitros e os vieses cognitivos	323
--	-----

2 Impactos práticos dos vieses cognitivos na arbitragem	326
---	-----

2.1 Qualidade das decisões na escolha de árbitros.....	326
2.2 Diversidade e equidade no mercado arbitral	327
2.3 Confiança e Legitimidade no Sistema Arbitral.....	327
3 Estratégias para mitigar os vieses cognitivos (“nudges”).....	328
Conclusão	329
Bibliografia.....	331